



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente

PROCESSO: 15.205/2018

**LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA**

Nº 109/2018

O Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente – CODEMA, no uso de suas atribuições, com base legal na Lei Municipal nº 3.596/2002, Lei Municipal nº 3.717/2004, Decreto Municipal nº 3.372/2017 e Deliberação Normativa nº 213/2017, por meio do Secretário Municipal de Meio Ambiente, LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA do empreendimento JARDINS MÔNACO PATROCÍNIO EMPREENDIMENTO SPE LTDA, CNPJ: 21.385.512/002-74 empreendedor MAPA CONSTRUTORA LTDA, para atividades: INTERVENÇÃO EM APP COM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL/DISSIPADORES DE ENERGIA, localizado no município de PATROCÍNIO, no estado de Minas Gerais, em conformidade com normas ambientais vigentes, acompanhado de Termo de Responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e de Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável, partes integrantes desta autorização.

Validade 2 (anos), com vencimento em 13/11/2020.

PATROCÍNIO, 13 de Novembro de 2018.

\_\_\_\_\_  
ANTÔNIO GERALDO DE OLIVEIRA  
Presidente CODEMA

**Está autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.**

## Condicionantes

| Item | Descrição  | Periodicidade  |
|------|--|--|
| 01   | Apresentar anuência do proprietário, no caso o prefeito, em nome do Município, para a construção das redes de drenagem em sua propriedade, bem como da faixa de servidão (a qual ainda não foi apresentada a largura), conforme Registro matrícula nº 54.620, na <b>página 244 da pasta 2</b> do processo. Ressalta-se que as faixas de servidão das redes executadas devem ficar marcadas visualmente com marcos de concreto de 100 em 100 metros para auxiliar na manutenção, na proteção e evitar que qualquer obra ou plantio de árvores seja realizado nelas.   | 30 dias  |
| 02   | Apresentar cópia do projeto de “as built” das redes de drenagem executadas dentro da área de terceiros: “as built” das redes e delimitação das respectivas faixas de servidão, no prazo máximo de 90 dias após conclusão das obras, e até 180 dias da data de obtenção da licença ambiental. O projeto deve apresentar como foi construída a rede, com todos os detalhes do projeto de drenagem, mostrando as interferências, os pv's, as caixas, os degraus, as profundidades, etc, também dentro da área da ETE e da área do Município, contígua à área do loteamento, a qual foi doada pelo empreendedor, ver matrícula 54.620 na <b>página 244 da pasta 2</b> do processo; | 90 dias após conclusão das obras, e até 180 dias da data de obtenção da licença ambiental. |
| 03   | Todo material lenhoso decorrente da supressão da vegetação deverá ser destinado à doação ou comercialização, <b>ficando vedado seu estoque e/ou depósito dentro da área da ETE;</b>  |  |
| 04   | Sobre a área de bota-fora dos processos de escavação das obras de drenagem, caso haja, o solo residual deve ser devidamente destinados os veículos de transporte coberto com lona ao local de bota-fora, externo à área da ETE, conforme declaração do empreendedor, <b>na página 171 da pasta 2</b> do processo, dando o destino correto do bota-fora, durante toda a etapa das obras.  | Durante toda a etapa das obras.  |
| 05   | Qualquer atividade ou operação que demande   | Durante toda a etapa das obras.  |

|    |   |  |
|----|---|--|
|    | <p>entrada e/ou saída de veículos contendo resíduos de obra ou outros resíduos gerados nas obras, que possam conter material solto como areia, brita, cascalho, entulho, restos de vegetação suprimida, lixo comum, outros, deve estar contido em caçambacom a parte onde se carrega os mesmos, coberta com lona para evitar espalhar material solto.</p>   |  |
| 06 | <p>Recuperação total do alambrado da área da ETE onde ele for rompido para passagem das obras, bem como plantio dos samambaias-do-campo suprimidos. Prazo máximo de 30 dias após conclusão das obras no trecho das divisas, ou seja, após passagem pela divisa, mesmo sem a conclusão das redes de drenagem, o alambrado deve ser repostado;</p>  | 30 dias após conclusão das obras.  |
| 07 | <p>Apresentar o PTRF previsto para 03 anos para plantio de, no mínimo 133 mudas de árvores de espécies nativas em área demarcada pela administração da ETE, com Anotação de Responsabilidade Técnica, ART.</p>  | 45 dias  |
| 08 | <p>Executar o PTRF e comprovar à SEMMA através de relatório técnico-fotográfico, tanto do momento plantio, quanto do monitoramento das mudas. Em conformidade com o cronograma apresentado à SEMMA junto ao PTRF, sendo que, os relatórios devem ser logo após o plantio e, em seguida, mostrando seu acompanhamento, anualmente.</p>   | Em conformidade com o cronograma apresentado à SEMMA junto ao PTRF, sendo que, os relatórios devem ser logo após o plantio e, em seguida, mostrando seu acompanhamento, anualmente.  |
| 09 | <p>Realizar o plantio de 05 mudas de ipê amarelo para cada ipê suprimido catalogá-las, identificá-las na área da ETE e comprovar à SEMMA através de relatório técnico-fotográfico. Em conformidade com o cronograma apresentado à SEMMA junto ao PTRF, ressaltando-se que no caso das mudas de ipê amarelo, as mesmas deverão ter acompanhamento por profissional habilitado pelo prazo mínimo de 05 anos, com o monitoramento do seu desenvolvimento e o plantio de novas mudas para substituir aquelas que não se desenvolverem, conforme Lei Nº 20.308/2012, que declara o ipê amarelo de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte, no Estado de Minas Gerais e entregar relatório técnico-fotográfico anual à SEMMA;</p> | Em conformidade com o cronograma apresentado à SEMMA junto ao PTRF, ressaltando-se que no caso das mudas de ipê amarelo, as mesmas deverão ter acompanhamento por profissional habilitado pelo prazo mínimo de 05 anos, com o monitoramento do seu desenvolvimento e o plantio de novas mudas para substituir aquelas que não se desenvolver e entregar relatório técnico-fotográfico anual à SEMMA. |
| 10 | <p>Apresentar à SEMMA um projeto de plantio elaborado por um profissional habilitado para formação de uma “cortina verde” em toda a área contígua ao loteamento, que foi doada ao</p>   | 45 dias  |

|    |  |  |
|----|--|--|
|    | município, Setor 48, quadra 52 lote 1000, conforme matrícula 54.620, com inclusão de um cronograma de execução e monitoramento.  |  |
| 11 | Comprovar à SEMMA através de relatório técnico-fotográfico a realização do plantio das mudas para constituição de uma “cortina verde”, conforme condicionante acima.   | Conforme o cronograma apresentado.                                       |
| 12 | Apresentar relatório técnico-fotográfico comprovando plantio de gramíneas no entorno dos dissipadores de energia, bem como da adoção de outras medidas de controle de erosão e assoreamento na APP.  | 90 dias após das obras.  |
| 13 | Como forma de preservação das espécies vegetais do local, apresentar relatório técnico-fotográfico que comprove que <b>somente as 52 árvores</b> adultas autorizadas foram suprimidas, mostrando nas fotos os exemplares plaquetadas.  | 90 dias após das obras.  |
| 14 | Para realização do plantio da cortina verde na quadra 52 do loteamento em área do Município, a mesma deve receber uma recuperação, tendo-se em vista que tem sido cacimba de retenção de água desde 2015. Apresentar projeto com ART de recuperação da área, o qual deve atestar que as medidas propostas sejam eficazes para drenar adequadamente o solo, e posteriormente recompô-lo, a fim de receber o plantio da “cortina-verde”, a ser também realizado pelo empreendedor. | Conforme o cronograma de plantio da “cortina verde” apresentado à SEMMA. |
| 15 | Durante os processos de obras aqui pleiteados, caso ocorra afloramento de lençol freático ou ocorrência de solo hidromórfico nos trechos escavados, o fato deve ser imediatamente comunicado à SEMMA para apresentação das medidas a serem adotadas, as quais devem ser previamente autorizadas pelo Município, especificamente pelas secretarias pertinentes: Meio Ambiente e Urbanismo.  |  |